Biblos E-ISSN 2236-7594

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE CATALOGAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL ENTRE 2016 E 2025

Magnólia Felix de Araújo
Mestranda em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.
magnolia@biblioteca.ufpb.br
https://orcid.org/0009-0000-9612-2202

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Doutora em Letras. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.ebaltar2007@gmail.com.
https://orcid.org/0000-0003-4934-5918

RESUMO

Este artigo objetivou mapear a produção científica brasileira sobre políticas de catalogação, discutindo seu papel como instrumento de gestão da informação bibliográfica no contexto das bibliotecas. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica na literatura da Ciência da Informação, abordando os fundamentos da Gestão da Informação, as dimensões das políticas de informação relacionadas à informação bibliográfica e sua influência sobre as práticas de catalogação. O levantamento bibliográfico, com recorte temporal de 2016 a 2025, evidenciou uma reduzida produção científica nacional sobre a temática. Conclui-se que essa lacuna reforça a necessidade de novos estudos voltados ao fortalecimento do arcabouço teórico das políticas de catalogação, da gestão da informação bibliográfica e das práticas de catalogação em bibliotecas.

Palavras-chave: Políticas de catalogação.Representação descritiva.Gestão da informação bibliográfica.

INSTITUTIONAL CATALOGING POLICIES: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC PUBLICATIONS IN BRAZIL BETWEEN 2016 AND 2025

ABSTRACT

This article aimed to map Brazilian scientific production on cataloging policies, discussing their role as an instrument for managing bibliographic information in the context of libraries. The theoretical basis for the study was drawn in the Information Science literature, addressing aspects of Information Management, as well as the dimensions of information policies that are articulated with the concept of bibliographic information; and an investigation was conducted into how these policies are embedded in the informational context of libraries and influence them by guiding their cataloging practices. Through a bibliographic survey, with a temporal scope from 2016 to 2025, it was concluded that there is a low incidence of research on the topic in the national context, which reinforces the need for further research to strengthen the theoretical foundations of the field, bibliographic information management practices, and cataloging in libraries.

Keywords:Cataloging policies. Descriptive cataloging. Bibliographic information management.

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas desempenham um papel fundamental na disseminação da informação, configurando-se como instituições essenciais para a produção do conhecimento e o avanço científico.Nesse contexto, para que a recuperação da informação seja eficaz, torna-se imprescindível garantir a padronização dos catálogosquesó é possível por meio de práticas de catalogação consistentes e bem definidas.

Considerando a catalogação como um processo que se vale de normas técnicas para criar representações dos documentos, e considerando tambémque as organizações, de modo geral, precisam dotar-se de instrumentos para orientar a tomada de decisões, tais como modelos, guias ou políticas, em processos que envolvam qualquer etapa da cadeia de produção da informação, observa-se, então, a necessidade de uma padronização do processo de catalogação, formalizada em uma política específica para o contextodas bibliotecas.

Quando bem estabelecidas, as políticas de informação impactam positivamente no contexto organizacional, pois servem como parâmetro para a tomada de decisões quanto aos processos que envolvem a gestão da informação como um todo. No caso das bibliotecas, essas políticas podem se desdobrar em micropolíticas, dentre as quais se incluem as políticas de catalogação que visam estabelecer padrões e orientar o fazer profissional dos bibliotecários catalogadores.

Bio (1985, p. 53) destaca que as políticas “são guias de raciocínio planejados para a tomada de decisões repetitivas[...]”. Adentrando nesse aspecto da repetição, é preciso enfatizar a questão do elemento humano nas instituições, pois devido à rotatividade de profissionais nos setores, pode haver diferentes níveis de entendimento com relação à tomada de decisões que envolvam determinados processos realizados rotineiramente, daí a importância da implementação de políticas no contexto organizacional.

No processo de catalogação, para além dos instrumentos que padronizam as regras catalográficas, como é o caso do Código de Catalogação Anglo Americano – 2ª edição, e, de forma relativamente recente, com a adoção do *Resource Description and Access* (RDA),observa-se a necessidade de perpassar outros níveis de interpretação. Assim, as normas para padronização dos registros de informação exercem um papel

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

fundamental na organização dos catálogos, pois a ausência de critérios e padrões pré-definidos irá impedir a disposição de um acervo organizado. Dessa forma, podemos afirmar que a ausência de uma política institucional de catalogação pode acarretar prejuízos e inconsistências no catálogo, e consequentemente criar lacunas na recuperação da informação e no acesso aos documentos.

A realização deste estudo fundamenta-se na necessidade de ampliar o debate sobre as políticas institucionais de catalogação. Sousa (2015) reitera essa afirmação quando verifica na literatura especializada uma baixa incidência de pesquisas sobre a temática, face às diversas abordagens sobre outras políticas institucionais presentes nas bibliotecas, como é o caso das políticas de indexação. Nessa direção, temos como objetivo analisar a produção científica sobre políticas de catalogação em âmbito nacional, de modo a traçar um panorama e identificar as tendências das abordagens sobre o tema na última década.

Para compreender os fundamentos que permeiam a elaboração das políticas no ambiente organizacional, o referencial teórico estabelece as bases conceituais e contextuais que sustentam a análise das políticas de catalogação. Considerando a natureza complexa do nosso objeto de estudo que, além de estar fundamentado no campo da Organização e Representação da Informação, consiste em um desdobramento das políticas de informação, e, ao mesmo tempo, se configura como uma ferramenta de gestão da informação, o referencial explora conceitos dos quais emergem as práticas associadas à tipologia de política abordada neste estudo. Assim, buscou-se na literatura do campo da Ciência da Informação o aporte teórico necessário para empreender a discussão sobre o tema abordado.

2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO: BREVES DEFINIÇÕES

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 179) definem a gestão da informação como um “conjunto de atividades relacionadas com o ciclo da informação em uma organização, o qual inclui a coleta, processamento, armazenamento, fluxo, recuperação da informação e o seu uso efetivo, geralmente com o apoio de sistemas automatizados [...]”. Para Marchiori (2002, p. 75), “a gestão da informação tem, por princípio, enfocar o indivíduo (grupos ou instituições) e suas ‘situações-problema’ no âmbito de diferentes fluxos de informação, os quais necessitam de soluções criativas e custo/efetivas”.

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

De acordo com Cordeiro e Cassiano (2018, p. 207), “a gestão da informação é um conceito polissêmico, cuja interdisciplinaridade característica permite comungar de diversas áreas de conhecimento”, desse modo, podem-se apontar três enfoques principais relacionados ao estudo da GI: na Administração, na Tecnologia e na Ciência da Informação (Marchiori, 2002).

Por sua vez, no âmbito da Ciência da Informação, a gestão da informação pode ser definida como um conjunto de processos voltados para a coleta, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação, entendendo-se, nesse contexto, informação como recursos informativos com valor agregado o que inclui, nesse rol, desde dados, registros até arquivos relacionados às funções da organização.

Nonato e Aganette (2022) mostram que não há um consenso teórico e prático sobre o que é a GI e quais são suas características essenciais, em contrapartida, os autores afirmam que a GI é uma necessidade em vários contextos organizacionais. Considerando o intenso fluxo de informação gerado pelas atividades desenvolvidas em instituições como as bibliotecas, entende-se a necessidade da aplicação das práticas de gerenciamento dos processos e recursos informacionais nestes espaços.

Para que a gestão da informação seja eficaz, é necessário que um conjunto de políticas seja constituído, permitindo assim, o acesso à informação de qualidade (Beal, 2004). Nesse sentido, Wilson (1989) e Savić (1992) identificam, entre o final da década de 1980 e início de década de 1990, algumas subdivisões para o campo, então emergente, da Gestão da Informação, dentre elas, estão as políticas de informação.

3 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Enquanto área do conhecimento, a política pública tem origem nas Ciências Políticas, e está intimamente ligada às ações governamentais e seu impacto na vida dos cidadãos (Souza, 2006). Ferreira (2006, p. 115) define as políticas públicas como “estratégias que, na nossa perspectiva, servem para mudanças sociais que têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo”.

A elaboração e aimplementação das políticas públicas se dão “[...] através de dispositivos políticos, administrativos e institucionais, planejados pela gestão pública para

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

interferir no contexto social e alcançar objetivos previamente estabelecidos" (Santos; Freire, 2020, p. 132). Os autores afirmam, ainda, que as políticas públicas são

> [...] um conjunto de ações do Estado, que interferem na Sociedade, fundamentado a partir de um ordenamento jurídico e implementado por meio de programas, projetos, planos etc., visando estabelecer o bem-estar social.

Desse modo, para a Ciência da Informação,

> [...] a análise das políticas públicas se volta para a compreensão das políticas públicas de informação, buscando entender o papel do Estado no fluxo de informações, os processos envolvidos na formulação, implementação e avaliação de ações e seus efeitos na sociedade" (Santos; Freire, 2020, p. 135).

Nesse contexto, Souza (2006) afirma que, após sua formulação, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas.Considerando as políticas de modo geral, como instrumentos que direcionam à tomada de decisão, a política de informação, por sua vez,

> [...] estabelece os parâmetros através dos quais a informação é controlada (criada, sintetizada, analisada, recuperada e usada), por seres humanos. São mecanismos sociais usados para controle da informação e os efeitos sociais da aplicação desses mecanismos (Burger, 1993 *apud* Pinheiro, 2010, p. 119).

As Políticas Públicas e a Ciência da Informação constituem as duas áreas principais que envolvem o campo da política de informação. Assim, Hernon e Relyea (2003, p. 1300, tradução nossa) definem a política de informação como:

> [...]um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e a gestão do ciclo de vida da informação: a produção, coleta, distribuição/disseminação, recuperação e uso, bem como seu descarte, incluindo a preservação da informação.[1]

[1] a set of interrelated principles, laws, guidelines, rules, regulations, and procedures guiding the oversight and management of the information *life cycle*: the production, collection, distribution/dissemination, retrieval and use, and retirement, including preservation, of information.

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Brandão (2022, p. 176) explica que a política de informação pode ter procedência governamental, caracterizando-se

> [...] enquanto instrumento regulador que precede à existência das políticas institucionais, regulando-as ou abordando aspectos gerais de acesso, produção, disseminação e uso da informação, denominadas macropolíticas de informação,[como também pode ter procedência institucional],enquanto um elemento transversal às políticas institucionais, numa perspectiva de micropolítica de informação.

Desse modo, as políticas de informação atuam sob os níveis macropolítico e micropolítico, podendo possuir diversos formatos, como: resoluções, regulamentos, regimentos, planos de desenvolvimento institucional. Essa noção vai ao encontro da visão de González de Gómez (1999) que, por sua vez, traz a noção de políticas de informação enquanto tácitas ou explícitas e como macro ou micropolíticas dentro do arcabouço organizacional.

Diante das múltiplas abordagens conceituais envolvendo as políticas de informação, Silva (2019) enfatiza que o que determina os rumos da política de informação é o conceito de informação adotado nas práticas e documentos normativos em questão, de modo que, quando se trata de informação bibliográfica, a política será voltada para bibliotecas.

3.1 Política de informação como instrumento norteador da gestão da informação

Como vimos em Brandão (2022), as políticas de informação, dentro das instituições, podem se desdobrar numa perspectiva micropolítica que dá origem às políticas institucionais materializadas nas mais diversas formas. Silva (2019) explica que, no contexto moderno, as políticas de informação surgem para estabelecer regras, práticas, protocolos e princípios, possibilitando que os recursos informacionais sejam bem administrados, de modo que a política de informação, enquanto documento organizador, assume uma função normativa e reguladora do ambiente informacional.

Na perspectiva da gestão da informação, as políticas podem ser estabelecidas como ferramentas para a tomada de decisão através da elaboração de documentos, embora Beal (2004) afirme que seja raro uma organização dispor de uma política de

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

informação explícita, na forma de um documento que contenha diretrizes, regras e princípios adotados com relação aos fluxos informacionais. A articulação dessas diretrizes, regras e princípios "[...] é extremamente útil para comunicar aos integrantes da organização as responsabilidades e o comportamento esperado em relação à informação (Beal, 2004, p. 53-54)."

Nesse sentido, Pinheiro (2011) defende que as políticas, enquanto processo de construção coletiva, precisam ser documentadas e explicitadas publicamente. No âmbito das bibliotecas universitárias, as políticas institucionais mais frequentemente encontradas são as políticas de desenvolvimento de coleções, já possuindo um aporte teórico mais desenvolvido do que, por exemplo, as políticas institucionais de catalogação. Essa afirmação corrobora as constatações de Sousa (2015), Espíndola e Pereira (2018) eBraga (2020), que verificam na literatura especializada uma baixa incidência de pesquisas sobre a temática, face às abordagens sobre outras políticas no âmbito das bibliotecas.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE CATALOGAÇÃO

A atuação das bibliotecas está diretamente vinculada ao meio ambiente no qual ela está inserida, assumindo o papel de mediadora da informação, e tendo como objetivo maior a disseminação da informação, portanto, à medida que a produção do conhecimento vai avançando, as bibliotecas devem alinhar suas práticas de desenvolvimento de coleções e de processamento técnico de modo a disponibilizar essas informações aos seus usuários. Tal ação exige profissionais capacitados, tanto para realizar o processamento técnico de toda essa informação para que seja disponibilizada da forma mais padronizada possível aos usuários, como também para atender às mudanças provocadas pelos novos suportes tecnológicos de armazenagem.

Para que as bibliotecas desempenhem uma efetiva contribuição para a disseminação da informação, é necessário garantir o máximo de padronização nos catálogos, uma vez que estes são um espelho do acervo da biblioteca, e isso só se torna possível através de uma catalogação de qualidade, pois é através desse instrumento que os usuários serão capazes de recuperar e acessar os registros bibliográficos de determinado material informacional.

Mey (1987, p. 144) define catalogação como:

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

> [...] estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários e usuários potenciais desse(s) acervo(s).

Trata-se, portanto, de um processo que engloba tanto a descrição das características físicas dos documentos, dedicando-se à elaboração da descrição bibliográfica, à determinação dos pontos de acesso e ao controle de autoridade (Representação Descritiva), quanto os aspectos relacionados ao seu conteúdo temático, e à atribuição dos pontos de acesso por assunto (Representação Temática).

Se o objetivo da catalogação é organizar o acervo com o intuito de fornecer acesso à informação, as bibliotecas precisam dotar-se de instrumentos para orientar esse processo, tais como modelos, guias ou políticas. De acordo com Pinheiro (2012, p. 67, grifo nosso), as políticas "lidam com qualquer estágio da cadeia de produção da informação, desde a sua criação, processamento (natural ou artificial), armazenamento, transporte, distribuição, busca, uso e a sua destruição". Desse modo, um instrumento muito importante para conferir qualidade ao processo de catalogação é a política institucional de catalogação, que tem como principal função nortear a tomada de decisões para o profissional catalogador.

Para Silva (2009, p. 6), a política de catalogação tem a múltipla finalidade de "melhorar a qualidade dos serviços [...]; aumentar a eficácia, eficiência e economia do processo de catalogação; e facilitar a circulação global dos dados catalográficos". Braga (2020, p. 25) entende política ou diretrizes de catalogação como:

> [...] um documento formal que traz linhas gerais de ação, destinado a orientar a tomada de decisão em relação a tudo o que diz respeito à catalogação, incluindo orientações e princípios genéricos, critérios para a escolha e adoção de instrumentos, padrões e códigos, estabelecendo diretrizes e limites para a ação dos indivíduos, podendo ser aplicadas tanto a bibliotecas, como a sistemas e redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo.

Dessa forma, a política de catalogação, de modo similar a outras políticas institucionais presentes no âmbito das bibliotecas – tais como, políticas de formação e desenvolvimento de coleção, de indexação, de preservação digital, de serviço de

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

referência – é um instrumento que visa auxiliar os processos decisórios dos bibliotecários no seu fazer profissional. Braga (2020, p. 14) afirma que antes do advento dos catálogos automatizados, “as decisões dos catalogadores eram registradas nos catálogos decisórios das bibliotecas, catálogos manuais internos, para uso do profissional”. Ainda de acordo com a referida autora, foi a partir das discussões em torno da implementação do RDA em algumas instituições, que a questão das políticas de catalogação em âmbito nacional recentemente ganhou certo destaque.

Sousa (2015, p. 243) destaca que, no contexto brasileiro, embora existam algumas pesquisas relevantes sobre políticas de indexação, “as publicações sobre políticas que fundamentem a abordagem descritiva são escassas”, assim, para a autora, “sem bases metodológicas, a área sofre prejuízos nas discussões teóricas e, de forma concomitante, atinge o ensino na graduação, como também o desenvolvimento das bibliotecas nas atividades de tratar, recuperar e dispor informações em diferentes contextos.”

5 METODOLOGIA

Este é um estudo de natureza exploratória, com abordagem qualiquantitativa, e do tipo bibliográfica. A pesquisa exploratória tem a finalidade de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, geralmente envolvendo levantamento de dados bibliográficos e documentais.

Nesse sentido, trata-se de um tipo de pesquisa mais flexível e que se caracteriza por lidar com temas que possuem uma baixa incidência no respectivo campo de estudo (Gil, 2024). A abordagem qualiquantitativa aqui empregada visa identificar, e quantificar a produção científica nacional sobre políticas de catalogação, a fim de traçar um panorama analítico sobre o tema.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica mostra-se útil para estudos que buscam mapear tendências e frequências temáticas na literatura científica. Esse tipo de pesquisa consiste na coleta, sistematização e análise de publicações previamente elaboradas, como livros e artigos científicos (Gil, 2024).

Considerando o levantamento anteriormente empreendido por Sousa (2015), que contempla publicações sobre políticas de representação descritiva até o ano de 2015, nossa abordagem visa atualizar o escopo das publicações até o presente ano. Desse

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.
Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

modo, a coleta de dados bibliográficos da presente pesquisa contemplou o recorte temporal de 2016 a 2025.

Cabe ressaltar que, embora o objetivo do levantamento de Sousa (2015) tenha se dado por um viés teórico sobre o tema, em âmbito geográfico mais amplo, e, portanto, com a adoção de diferentes estratégias de busca, a nossa proposta foi empreender um estudo inicial com foco no campo científico brasileiro, utilizando a investigação de Sousa (2015) como um ponto de partida para darmos continuidade às discussões, não se caracterizando assim, como um estudo comparativo.

Diante disso, para o alcance do objetivo, a coleta de dados foi realizada nas seguintes bases de dados: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Considerando-se a variação de termos empregados no campo científico para referir-se ao mesmo produto, adotaram-se, como estratégia de busca, os seguintes termos: “política de catalogação” e “política de representação descritiva”.

Para o mapeamento, consideraram-se, como fonte bibliográfica, artigos de periódicos, teses, dissertações, anais de eventos, relatos de experiência, e livros ou capítulos com temática central relacionada à “política de catalogação” ou “política de representação descritiva”.

O recorte geográfico restringiu-se às produções no campo científico brasileiro, e, como critério de exclusão, descartaram-se as publicações duplicadas e os trabalhos cuja abordagem do tema era tangencial ou meramente mencionada sem aprofundamento. A organização dos dados, após a coleta e análise dos resumos, contemplou as seguintes categorias: autoria, título, ano, tipo documental, e palavras-chave.

6 RESULTADOS

O mapeamento bibliográfico realizado evidenciou uma baixa incidência da temática “política de catalogação” nas publicações nacionais no período de 2016 a 2025. O Quadro 1 apresenta uma visão detalhada dos artigos recuperados, ilustrando a escassez dos estudos voltados para a temática no contexto brasileiro:

Quadro 1 – Publicações recuperadas

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Autoria	Título	Ano	Tipo de documento
ESPÍNDOLA; PEREIRA	Análise das políticas institucionais de catalogação em bibliotecas de ensino superior de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil)	2017	Artigo
ESPÍNDOLA; PEREIRA	Proposta de um modelo para políticas institucionais de catalogação	2018	Artigo
FARIA	Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA: estudo de caso no sistema de bibliotecas da UFMG	2018	Dissertação
FARIA; LOURENÇO	Regras da norma de catalogação Recurso Descrição e Acesso que podem ser padronizadas na política de catalogação da biblioteca	2019	Artigo
SELBACH; FERREIRA; KERN; NOVAK	Catalogação com *ResourceDescriptionand Access(RDA)*: relato de experiência na Biblioteca Central irmão José Otão (PUCRS)	2020	Relato de experiência

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Conforme se observa, foi recuperado um total de cinco publicações entre os anos de 2017 e 2020, sendo elas: três artigos, uma dissertação, e um relato de experiência. Trata-se de um número incipiente se comparado com diversas outras temáticas contempladas pela Ciência da Informação. Tal constatação corrobora o que Sousa (2015) havia apontado anteriormente, ao afirmar que a dimensão descritiva da catalogação não possui, no campo científico, o mesmo tratamento que a sua dimensão temática.

Cabe ressaltar que as buscas pelo termo “política de catalogação” nas bases de dados, sem a aplicação do refinamento definido na estratégia de busca, recuperaram uma quantidade consideravelmente maior de publicações sobre política de indexação do que sobre políticas de catalogação, confirmando mais uma vez que em termos de políticas voltadas para catalogação em unidades de informação, a indexação encontra-se em lugar de destaque.

Os dados coletados mostram que, dentre as autoras, três são responsáveis por mais de uma publicação sobre o tema no período, a saber, Espíndola e Pereira (2017, 2018) e Faria (2018, 2019). Apesar da baixa quantidade de resultados - o que dificultou a realização de uma análise mais aprofundada de indicadores e padrões - através da

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

extração das palavras-chave, foi possível identificar as principais abordagens das pesquisas a partir do número de ocorrências, como se observa no Quadro 2:

Quadro 2 – Mapeamento de palavras-chave

Palavras-chave	**Ocorrências**
Política de catalogação	3
Catalogação	3
Resource Description and Access (RDA)	3
Políticas aplicadas a bibliotecas	2
Diretrizes administrativas para catalogação	2
Diretrizes de planejamento para bibliotecas	1
Catalogação descritiva – Normalização	1
Biblioteca universitária	1
Bibliotecas de Ensino Superior	1
Biblioteconomia	1
Santa Catarina	1
Ciência da Informação	1

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Assim, ao agrupar as palavras-chave por temas ou categorias, foi possível identificar focos predominantes nas publicações analisadas, conforme sistematizado no Quadro 3:

Quadro 3 – Focos temáticos nos estudos sobre políticas de catalogação

Políticas e diretrizes	Política de catalogação (3)
	Políticas aplicadas a bibliotecas (2)
	Diretrizes administrativas para catalogação (2)

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

	Diretrizes de planejamento para bibliotecas (1)
Práticas de catalogação	Catalogação (3)
	Resource Description and Access – RDA (3)
	Catalogação descritiva – Normalização (1)
Contexto institucional	Biblioteca universitária (1)
	Bibliotecas de Ensino Superior (1)
Campos científico e geográfico	Biblioteconomia (1)
	Ciência da Informação (1)
	Santa Catarina (1)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Percebe-se, portanto, uma ênfase em políticas e diretrizes, através dos termos "Políticas aplicadas a bibliotecas", "Diretrizes administrativas para catalogação", e "Diretrizes de planejamento para bibliotecas", o que indica uma preocupação crescente com a normatização e gestão da catalogação no âmbito das bibliotecas.

Destaca-se ainda, a abordagem ao RDA, presente em três das cinco publicações analisadas, o que demonstra a importância da criação de políticas em unidades de informação que adotam essa norma, a fim de garantir consistência e padronização nos processos de catalogação, visto se tratar de uma norma cujo alto grau de flexibilidade pode gerar ambiguidades na catalogação, caso não seja acompanhado de orientações adaptadas à realidade institucional.

Por fim, percebe-se que o contexto institucional no qual dois dos estudos se inserem é o das bibliotecas de ensino superior, dado que pode revelar um maior engajamento dessas instituições com a questão das políticas de catalogação, possivelmente devido à complexidade dos seus acervos.

Como contribuição para o conhecimento técnico-científico sobre as políticas de catalogação, cabe mencionar o trabalho empreendido por Espíndola e Pereira (2018) que, com base na literatura das áreas de Administração, Biblioteconomia e Ciência da Informação, propuseram um modelo de estrutura para políticas institucionais de

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

catalogação, em que constam 11 requisitos indispensáveis para a elaboração desse tipo de política, a saber: Denominação Política; Objetivos e/ou finalidades; Indicativo de atualização e/ou de revisão; Escopo da catalogação; Definição de prioridades para a catalogação; Nível de catalogação utilizado; Diretrizes de controle de autoridades e demais pontos de acesso;Diretrizes acerca da participação em Redes de Cooperação; Diretrizes a propósito das tecnologias empregadas no processo de catalogação;Indicativo de regras internacionais e nacionais adotadas, bem como de instrumentos auxiliares internos e/ou externos à Instituição empregados na catalogação; e Diretrizes acerca das responsabilidades.

A partir desses requisitos, as autoras supracitadas propõem ainda a criação de um modelo de estrutura para políticas institucionais de catalogação, com base na Proposta para um Modelo de Política de Gestão de Estoques Informacionais empregada por Corrêa (2013). Apontam, ainda, que a implementação de uma política de catalogação em unidades de informação proporciona vantagens como: a diminuição de retrabalho, a economia de recursos e a melhoria no rendimento das atividades dos catalogadores.

Cabe também ressaltar a contribuição de Braga (2020), com a criação do “Guia para a elaboração de políticas de catalogação em bibliotecas”, e do “Guia para a elaboração de manuais de catalogação para bibliotecas”, ambos com base na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2018). De acordo com a autora, embora distintos, os dois documentos são complementares: a política é um documento duradouro que orienta as decisões estratégicas, enquanto o manual direciona a execução dessas decisões, contendo, portanto, métodos rotineiros de execução e orientações práticas. Ambos são essenciais para garantir a consistência, eficiência e qualidade dos serviços de catalogação em uma instituição.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de informação são instrumentos de gestão que possuem uma ampla diversidade de conceitos e de aplicações em variados contextos. Essas variações estão condicionadas ao aspecto conceitual de informação, envolvendo cada prática, campo ou setor.

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

No âmbito institucional das bibliotecas, a elaboração e implementação de uma política de catalogação trata-se de uma decisão administrativa que deve considerar uma série de fatores, como a rotatividade de profissionais no setor. Assim, é fundamental que as normas, padrões e outras definições estejam expressos em um documento que irá nortear a prática desses profissionais de maneira uniformizada.

Além disso, deve-se considerar que as políticas não apenas orientam a prática de catalogação, mas também influenciam a recuperação da informação pelos usuários, uma vez que os catálogos são espelhos dos acervos.

Diante da constatada a escassez da produção científica em língua portuguesa sobre a temática sobre esse tipo específico de política, a despeito da multiplicidade de abordagens feitas pelo campo a outras facetas das políticas de informação, este artigo buscou fazer uma breve incursão sobre o panorama da produção nacional, com a proposta de instigar novos desdobramentos sobre a temática. Contudo, nesse pequeno universo de estudos, dois deles se destacam por sua contribuição prática no sentido de nortear elaboração de políticas, a saber: Proposta de um modelo para políticas institucionais de catalogação, de autoria de Espíndola e Pereira (2018), e o Guia para elaboração de políticas de catalogação, de Braga (2020).

O crescente volume de dados e documentos, bem como os novos formatos e novos meios de acesso ao conhecimento registrado, advindos do desenvolvimento digital, trazem novos desafios à elaboração das políticas institucionais de catalogação, portanto, devem ser constantemente revisitadas e atualizadas para garantir eficiência e adequação a novos contextos. Portanto, a análise crítica dessas políticas é essencial para otimizar os processos de gestão e tratamento técnico, promovendo um ambiente informacional mais acessível e eficaz.

REFERÊNCIAS

BEAL,A.**Gestãoestratégicadainformação:**comotransformarainformaçãoeatecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

BIO, S. R. **Sistemas de informação:** um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985.

BRAGA, G. da R. **Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais deCatalogação**.2020.251f.Dissertação(MestradoemBiblioteconomia)-UniversidadeFederal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13134. Acesso em: 03 jun. 2024.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

BRANDÃO, J. L. A. **Modelo teórico-pragmático para políticas de informação em bibliotecas.** 2022. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24924?locale=pt_BR. Acesso em: 03 jun. 2024.

CORDEIRO, D. F.; CASSIANO, K. K. Um panorama do ensino superior em gestão da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.23, n.4, p.205–220, out. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22598. Acesso em: 08 jul. 2024

CUNHA, M.B. da; CAVALCANTI; C.R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

ESPÍNDOLA, P.L.; PEREIRA, A.M. Proposta de um modelo para políticas institucionais de catalogação. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 142-160, dez./mar., 2018. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1400/pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

FERREIRA, M.M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: as bibliotecas públicas para onde vão? **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 113-122, maio/ago., 2006. Disponível em: https://pbcib.com/pbcib/article/view/8043. Acesso em: 24 mar. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, *[s.l]*, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41753. Acesso em: 03 jul. 2024.

HERNON, P.; RELYEA, H. C. Information Policy. *In*: DRAKE, M. A (ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. 2. ed. New York: Marcel Dekker, 2003. v.2. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=GBICVdZOT6IC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true. Acesso em: 02 mar. 2025.

IFLA. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Haia: IFLA, 2018. Tradução para o português sob a responsabilidade de Marcelo Votto Texeira e revisado por Jorge Moisés Kroll do Prado (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do estado de Santa Catarina). Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 3 jun. 2024.

MARCHIORI, P.Z. Ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ci.Inf.**, Brasília, v.31, n.2, p.72-79, maio/ago., 2002. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/962/999. Acesso em: 15 ago. 2024.

MEY, E. S. A. Da espiral do conhecimento à catalogação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, p. 127-136, 1987. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77881. Acesso em: 15 ago. 2024.

NONATO, R. S.; AGANETTE, E. C. Gestão da informação: rumo a uma proposta de definição a tual e consensual para o termo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.27, número 1, p. 133-159, jan./mar. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/38428/30181. Acesso em: 08 jul. 2024.

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande
v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

PINHEIRO,M.M.K.Políticadeinformaçãocomodocumentopúbliconoestado informacional.*In*:ENCONTRONACIONALDEPESQUISAEMCIÊNCIADA INFORMAÇÃO.Brasília,2011.**Anais**[…]Brasília:ANCIB,2011.Disponívelem: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180867. Acesso em: 08 jul. 2024.

PINHEIRO,M.M.K. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Pesq. bras. ci. inf.**, Brasília, v.3, n. 1, p.113-126, jan./dez. 2010.

PINHEIRO,M.M.K.Estadoinformacional:implicaçõesparaaspolíticasdeinformaçãoede inteligência no limiar do século XXI. **Varia História**, Belo Horizonte, v.28, n. 47, p. 61-77, jan/jun., 2012. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434840004. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, R. N. R. dos ; FREIRE, I. M. Sobre políticas públicas e políticas de informação. **Pesq.Bras.emCi.daInf.eBib.**,JoãoPessoa,v.15,n.3,p.131-145,2020.Disponívelem: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150761. Acessoem: 12 ago. 2024.

SAVIĆ, D. Evolution of information resource management. **Journal of Librarianship and Information Science**, Londres,v. 24, n. 3, p. 127-138, sep. 1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270489060_Evolution_of_information_resource_management. Acesso em: 03 jul. 2024.

SILVA, A. J. **Política de catalogação para as Bibliotecas da RedeNacional deBibliotecas Públicas**. Lisboa: Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, 2009. Disponível em: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PoliticaCatalogacaoDGLBfev2009.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

SILVA,T.E.da.Políticadeinformação:umcampoemmovimento.*In*:COLÓQUIOEM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. Londrina, 2019. **Anais**[…]Londrina: UEL, 2019. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2019/coaic2019/paper/viewFile/635/429. Acesso em: 12 ago. 2024.

SOUSA, B. P. de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 238-254, 2015. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/508/427. Acesso em: 4 maio 2025.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt.Acessoem: 03 jul. 2024.

WILSON,T.D.Towardsaninformationmanagementcurriculum.**JournalofInformation Science**, Londres,n.15, p. 203-210, 1989. Disponível em: https://informationr.net/tdw/publ/papers/infmagt89.html. Acesso em: 10 ago. 2024.

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande v. 41, p. 01-17, ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.63595/biblos.v41i1.20813.

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

NOTAS E CREDITOS DO ARTIGO

• Financiamento: Não se aplica.

• Conflitos de interesse: Não se aplica.

• Aprovação ética: Não se aplica.

• Disponibilidade de dados e materiais: Não se aplica.

• Manuscrito publicado como preprint: Não se aplica.

Contribuições dos autores

Contribuição	1º autor	2ºautor
Concepção do estudo	X	
Conceitualização	X	
Metodologia	X	X
Coleta de dados / investigação	X	
Curadoria de dados	X	
Análise dos dados	X	X
Discussão dos resultados	X	X
Visualização (gráficos, tabelas e outros)	X	
Rascunho original	X	
Revisão e edição final	X	X
Supervisão e administração		X
Aquisição de financiamento		

Licença de uso

Os autores cedem à**BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)**direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceirosremixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publicador

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editorial

• Presidente do Corpo Editorial: Angélica C. D. Miranda - FURG.
• Editor Associado: Nivaldo Calixto Ribeiro - UFLA.
• Assistente Editorial: Marcela Polino dos Santos – FURG

Histórico

Recebido em: 10/02/2026	Aceito em: 23/05/2026	Publicado em: 18/06/2026

Esta obra está licenciada com uma LicençaCreative Commons Atribuição 4.0 Internacional.